



Programa Estratégico de Cooperação

Portugal - Guiné-Bissau

Julho 2015 – Dezembro 2020

A handwritten signature in black ink, located at the bottom left of the page.

A handwritten signature in black ink, located at the bottom right of the page.



1. INTRODUÇÃO

O presente programa decorre da vontade política dos Governos da Guiné-Bissau e de Portugal em aprofundarem as relações de cooperação até 2020, representando um importante contributo para a estabilidade, a promoção do Estado de Direito e da Boa Governação, bem como para a erradicação da pobreza, visando o desenvolvimento sustentável da Guiné-Bissau e dando sequência ao Plano de Ação assinado em novembro de 2014.

A Guiné-Bissau tem vindo a demonstrar um forte compromisso com a estabilidade, o que constitui uma base indispensável ao seu desenvolvimento. Neste quadro, as relações de cooperação bilateral pautam-se por uma visão comum e valores partilhados.

Este documento assenta no Plano Estratégico e Operacional “Terra Ranka” 2015-2020, que preconiza para a Guiné-Bissau um progresso social em ambiente de prosperidade e paz num contexto de desenvolvimento inclusivo e durável, com a participação de todos os guineenses, em particular os jovens como atores chave de transformação.

O modelo de desenvolvimento para os próximos anos apoia-se fortemente no capital natural e humano do país, permitindo dinamizar a economia e reforçar as capacidades institucionais e humanas do país por forma a alcançar um desenvolvimento sólido e sustentável com resultados mensuráveis e visíveis.

Este documento sustenta-se, ainda, nos princípios do Conceito Estratégico da Cooperação Portuguesa 2014-2020, bem como nas lições e boas práticas da parceria entre os dois países, assumindo uma lógica transversal de Desenvolvimento de Capacidades.

Assim, o Programa Estratégico de Cooperação (PEC) traduz um forte compromisso entre as autoridades portuguesas e guineenses no sentido de realizar um conjunto de programas e projetos identificados pelos Signatários, que se pautem pelos princípios da construção da paz e a consolidação do Estado.



2. CONTEXTO GLOBAL

Portugal compromete-se a contribuir para a implementação do Plano Estratégico Operacional “Terra Ranka” 2015-2020, respeitando as boas práticas internacionais quanto aos mecanismos de coordenação e transparência, contribuindo, deste modo, para a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos da Guiné-Bissau, em linha com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Os compromissos assumidos no que respeita aos princípios da eficácia, nomeadamente a apropriação, o foco nos resultados, a inclusividade e a responsabilização mútua, serão parte integrante deste Programa, numa abordagem que deverá ser partilhada com os restantes parceiros da Guiné-Bissau, designadamente doadores tradicionais, economias emergentes, organizações da sociedade civil, setor privado.

A Cooperação Portuguesa pretende, igualmente, promover a implementação do Consenso Europeu e do Código de Conduta da União Europeia em matéria de Complementaridade e Divisão das Tarefas na Política de Desenvolvimento, através dos quais são definidos os princípios comuns para a execução das respetivas políticas de desenvolvimento, bem como novas formas de cooperação, como é o caso da Cooperação Delegada. Portugal privilegiará, igualmente, a divisão do trabalho com os parceiros de desenvolvimento e a concentração de recursos, no sentido de potenciar as respostas aos grandes desafios e oportunidades que se colocam à Guiné-Bissau.

As relações de cooperação deverão ainda ser enquadradas num contexto de diálogo internacional sobre construção da paz e consolidação do Estado, à luz do Novo Acordo (*New Deal*), cujo processo de implementação passa por uma participação ativa da Cooperação Portuguesa.

Tendo em conta a definição e evolução da agenda internacional do desenvolvimento, bem como a importância crescente que, neste quadro, se atribui à conjugação de esforços entre diferentes atores para um melhor e mais eficaz cumprimento dos compromissos de apoio ao desenvolvimento, será também relevante o aproveitamento de novas e inovadoras fontes de financiamento. Neste sentido, procurar-se-á alavancar não só fundos bilaterais e multilaterais, mas também fontes que potenciem os contributos do setor privado – dado o papel relevante que este pode desempenhar



em matéria de transferência de tecnologia, inovação e formação de quadros – e da sociedade civil.

Portugal tem vindo a pugnar por uma participação mais ativa da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP) nos grandes debates internacionais na área do desenvolvimento, conferindo-lhe uma maior visibilidade e capacidade de influência, desígnio que partilha com a Guiné-Bissau.

A cooperação estratégica entre os dois países em matéria de resiliência, nomeadamente, a mitigação e adaptação às alterações climáticas, tanto na cooperação para o desenvolvimento como na resposta humanitária, é fundamental para o desenvolvimento sustentável da economia e da sociedade, por via da sua interligação com outros setores primordiais.

Este programa procurará contribuir também para os objetivos do Governo da Guiné-Bissau, no sentido de promover a igualdade de género e muito especificamente no que diz respeito aos esforços desenvolvidos para a eliminação de todas as práticas nefastas de que são alvo as meninas e as mulheres, designadamente a mutilação genital feminina.

Neste sentido, a Cooperação Portuguesa continuará a apoiar a promoção do papel da mulher numa lógica de transversalidade, sensibilizando as comunidades para que se encare a escola como um lugar de formação e o acesso a cuidados primários de saúde como um direito, dado o impacto na autonomia e capacidade das mulheres para tomarem decisões sobre a sua vida. Deverá, neste quadro, promover a capacitação das mulheres no sentido da sua intervenção ativa no desenvolvimento numa abordagem transversal.

Também uma abordagem baseada numa visão universal dos direitos da criança deverá estar inscrita nas estratégias mais amplas de desenvolvimento e de redução da pobreza, pelo que importa reforçar uma concertação consistente em sede de boas práticas e de reforço institucional na promoção e defesa dos direitos da criança.



3. PRIORIDADES

As prioridades estabelecidas pelo Governo da Guiné-Bissau no Plano Estratégico Operacional “Terra Ranka” 2015-2020 assentam em cinco eixos estratégicos: Paz e governação, biodiversidade e capital natural, infraestruturas e desenvolvimento urbano, desenvolvimento humano e ambiente de negócios.

No contexto das vantagens comparativas e numa óptica de concentração de recursos, Portugal privilegiará os seguintes eixos e áreas de intervenção: Governação, Estado de Direito e Direitos Humanos e Desenvolvimento Humano e bens públicos globais.

Eixo I – Governação, Estado de direito e direitos humanos

Será dada particular atenção ao reforço institucional e criação de contextos jurídicos e administrativos modernos e consistentes com as boas práticas internacionais, nas várias áreas de competência do Estado, nomeadamente assistência técnica a organismos junto da Primatura, bem como em programas de modernização da Assembleia Nacional Popular.

O reforço da ligação paz, segurança e desenvolvimento é determinante para a boa governação e fortalecimento do Estado de Direito. Neste sentido, Portugal apoiará medidas de reforma nacionais nos setores de soberania. O reforço da articulação entre os instrumentos e atores da ação externa portuguesa (Diplomacia, Segurança e Desenvolvimento) bem como o desenvolvimento de mecanismos de alerta antecipado (*early warning*) assumem particular relevância em contextos de fragilidade.

No setor da Justiça e tendo em conta as recomendações do Conselho de Segurança das Nações Unidas, expressas na Resolução 2203 (2015), de 18 de fevereiro, Portugal prestará todo o apoio às autoridades guineenses visando a tomada de ações concretas para combater a impunidade.

Eixo II – Desenvolvimento humano e bens públicos globais

Para alcançar um desenvolvimento sustentável deverão ser apoiados setores sociais fulcrais numa abordagem que seja promotora dos direitos fundamentais e que contribua para a erradicação da pobreza, criando oportunidades para todos os cidadãos guineenses através do acesso ao sistema de educação e da formação

5



profissional, serviços de saúde de qualidade, promoção da qualidade ambiental, desenvolvimento rural, promoção do emprego e reforço de sistemas de proteção social.

4. OPERACIONALIZAÇÃO E ATORES

No quadro do reforço da relação entre os dois países, o Programa assume-se como um elemento de construção de uma parceria estratégica que tem como princípios a apropriação do processo de desenvolvimento pelas autoridades guineenses, o alinhamento com as prioridades por estas estabelecidas e uma atenção particular às questões da coerência das políticas para o desenvolvimento, numa lógica efetiva de gestão orientada para os resultados.

A Cooperação Portuguesa assenta numa estrutura de cooperação descentralizada com um vasto leque de atores, estatais e não estatais, com objetivos e capacidades de intervenção complementares. Neste quadro, o PEC seguirá uma abordagem integrada contando com a participação dos ministérios setoriais, no desenvolvimento e implementação de projetos que poderão incluir assistência técnica direta aos seus homólogos, num trabalho conjunto entre as instituições portuguesas e guineenses.

As instituições de ensino superior e os centros de investigação são também atores relevantes em vários domínios da cooperação para o desenvolvimento, dada a sua capacidade de criação e transmissão de conhecimento especializado, sendo, nessa medida, parceiros relevantes para a desejada capacitação científica e tecnológica.

As organizações da Sociedade Civil desempenham um papel ímpar e sobejamente reconhecido na Guiné-Bissau dado o seu conhecimento do terreno e a capacidade de prosseguir atividades e objetivos vários, pelo que a coordenação e complementaridade com a ação do Estado constitui um contributo fundamental na concretização efetiva do Programa.

Deverão ainda ser desenvolvidos esforços no sentido de articular as intervenções com a União Europeia, e outros parceiros de desenvolvimento da Guiné-Bissau.

Os programas e projetos que venham a ser acordados entre os dois países devem ser sistematizados, de forma a permitir um efetivo Desenvolvimento de Capacidades que seja catalisador da mudança e estimule processos de reforma, inovação e aprendizagem e reforço da construção do Estado guineense.

6



Portugal disponibilizará assistências técnicas de longa duração, com o objetivo de apoiar a programação das reformas e políticas setoriais, de acordo com termos de referência a apresentar pelo Governo guineense. Sem prejuízo dos eixos de concentração acima mencionados, Portugal dispõe-se a apoiar a realização de estudos e projetos em áreas estruturantes para o desenvolvimento económico do país, priorizando parcerias com o setor privado.

Portugal fornecerá uma estimativa dos compromissos, a médio prazo, a qual será revista anualmente, no âmbito do envelope financeiro indicativo para os 5 anos e meio (julho 2015 – dezembro 2020), distribuído pelos eixos de intervenção do presente programa.

Programa Estratégico de Cooperação julho 2015 – dezembro 2020		
Eixos	Montante Indicativo 2015-2020	%
Eixo I – Governação, Estado de Direito e Direitos Humanos	10M€	25
Eixo II – Desenvolvimento Humano e Bens Públicos Globais	30M€	75
Total	40M€	100

Fonte: Camões, IP

Em resultado da evolução e das sinergias registadas no plano nacional e internacional, este PEC deve ser encarado como um documento aberto e dinâmico que permita a necessária renovação de pensamento, adaptação e alinhamento com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e do financiamento do desenvolvimento, uma vez que estas duas agendas constituirão uma referência fundamental para a futura atuação de Portugal e da Guiné-Bissau.

O financiamento das intervenções que decorrem do Programa são da responsabilidade do Camões, IP e dos Ministérios setoriais envolvidos na sua execução, dependendo da disponibilidade orçamental dos mesmos que decorre da orçamentação em sede de preparação e aprovação do orçamento de Estado e tem de ser efetuado ao abrigo das respetivas Leis orgânicas, bem como nos termos do Direito interno português.



5. ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO

A coordenação da execução deste Programa Estratégico compete, pela parte portuguesa, ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, através do Camões – Instituto da Cooperação e da Língua, I.P. e da Embaixada de Portugal em Bissau e, pela parte guineense, ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, da Cooperação e das Comunidades (MNECC), enquanto organismo coordenador da cooperação internacional, sem prejuízo da participação dos vários Ministérios setoriais.

Para além de um acompanhamento regular das intervenções, este Programa será objeto de revisões anuais e de uma avaliação final. Este diálogo permitirá a definição das modalidades de programação e financiamento dos programas e projetos a ser acordadas, bem como a discussão dos resultados alcançados, com vista à redefinição das atividades, sempre que necessária, para a melhor prossecução dos objetivos propostos, numa abordagem holística que leve em conta os recursos públicos disponíveis e a possibilidade de congregar outras fontes de financiamento internacionais e privadas.

As iniciativas de comunicação e visibilidade deverão ser valorizadas para além dos círculos mais próximos da atividade. Importa, pois, informar e sensibilizar os parceiros, beneficiários e público em geral para a relevância e interesse deste domínio da ação externa, ao nível nacional e internacional, relativamente às ações concretas e resultados alcançados no âmbito do PEC. Não menos relevante, esta actividade, concorre ainda para uma maior transparência, prestação de contas e mobilização de novos recursos.

O presente documento, não obstante ser designado por Programa, não resulta em quaisquer direitos ou obrigações legais.

Assinado em Bissau, a 6 de julho de 2015, em dois originais, sendo ambos os textos válidos.



Pelo Governo da
República Portuguesa



Rui Chancerelle de Machete

Ministro de Estados e dos Negócios
Estrangeiros

Pelo Governo da
República da Guiné-Bissau



Mário Lopes da Rosa

Ministro dos Negócios Estrangeiros,
Cooperação Internacional e
Comunidades



Anexo

Prioridades da Cooperação para o Desenvolvimento

No âmbito dos eixos de intervenção estabelecidos pelo presente Programa Estratégico de Cooperação, decorrentes das prioridades do Plano “Terra Ranka” 2015-2020, as contribuições de Portugal focam-se nas áreas da modernização da administração, segurança, educação e emprego, saúde, cultura e ainda ambiente, energia e desenvolvimento rural.

Contribuições previstas para outras áreas serão determinadas no diálogo entre Portugal e a Guiné-Bissau.

Eixo I – Governação, Estado de Direito e Direitos Humanos

A Boa Governação é um objetivo presente em todo o Plano “Terra Ranka” e tem de ser prosseguido por todos os atores nacionais com apoio dos parceiros internacionais. Portugal tem um papel importante nesse apoio a todos os atores públicos e civis que se inserem na construção de um Estado de Direito, assente numa boa governação defensora dos Direitos Humanos.

Área 1 - Paz e Governação

Segurança

A segurança é condição necessária para garantir uma paz sustentável e duradoura, que beneficie o desenvolvimento socioeconómico e o bem-estar da população da Guiné-Bissau.

No domínio da **Defesa**, a Cooperação Portuguesa está disponível para prestar apoio em áreas consideradas fundamentais pela estrutura da Defesa da Guiné-Bissau, nomeadamente a formação de quadros, a assessoria à estrutura superior das Forças Armadas e a vigilância marítima.

Na área da formação, quer em Portugal quer localmente com instrutores destacados, pretende-se melhorar as competências específicas dos militares, através do Programa de Ensino Militar em Portugal (PEMPOR), e de projetos de capacitação de recursos

A

b



humanos por via da formação e do ensino militar nas unidades e estabelecimentos das Forças Armadas (na Guiné-Bissau e em Portugal).

Na área do programa-quadro de cooperação técnico militar, assegurar-se-á a assessoria e o apoio à Estrutura Superior de Defesa Nacional e das Forças Armadas da Guiné-Bissau e aos Ramos, nomeadamente à Marinha, Exército e Força Aérea através de assessorias técnicas em permanência ou temporárias. Na área da vigilância marítima, prestar-se-á apoio à capacitação da componente naval de segurança marítima visando a intervenção na salvaguarda da vida humana no mar, fiscalização de pesca, presença naval e dissuasão de atos ilícitos garantindo a autoridade de Estado no mar. Ainda de referir a área da saúde militar, através do alargamento da cooperação nas áreas da assistência médica e medicamentosa, tal como na formação e especialização dos quadros técnicos específicos. Por fim, prevê-se a prestação de apoio nas vertentes das infraestruturas/engenharia e nas comunicações militares (marítimas e terrestres).

A cooperação na área da **Justiça**, atravessa todos os sectores da sociedade, sendo estruturante e indispensável num quadro de consolidação da democracia, concorrendo para a boa governação e para o respeito dos direitos humanos sublinhando que, de acordo com a Resolução 2203 (2015), de 18 de fevereiro, do Conselho de Segurança das Nações Unidas, qualquer solução duradoura para a instabilidade na Guiné-Bissau deverá necessariamente incluir ações concretas para combater a impunidade; o apoio da Cooperação Portuguesa pretende contribuir para um sistema jurídico justo e equitativo que facilite a melhoria da perceção da Justiça por parte da sociedade em geral e que contribua para o fortalecimento do Estado de Direito na Guiné-Bissau, através de programas de formação e capacitação dos organismos públicos e no apoio à criação de legislação. Assim, apoiará o desenvolvimento de um sistema judiciário independente, transparente, eficaz e acessível a todos os cidadãos – um desígnio do Plano Estratégico Operacional “Terra Ranka” nomeadamente:

- Contribuindo para o desenvolvimento de capacidades ao nível sistémico, organizacional e de recursos humanos do setor da Justiça, com vista à consolidação do Estado de Direito e a uma Boa Governação;



- Mantendo a assessoria à Polícia Judiciária guineense por parte de um Inspetor da Polícia Judiciária portuguesa, visando contribuir para a capacitação da área da investigação criminal, no âmbito da sua reestruturação orgânica, promovendo a aquisição de conhecimentos atualizados e especializados e garantindo a melhoria do exercício profissional nas suas intervenções, na prevenção e no combate à criminalidade, com conhecimentos especializados em crimes de violência de género/menores, funcionários dotados de conhecimentos aprofundados em contrafação de moedas, selos fiscais, documentos, etc., e com conhecimentos reciclados e aprofundados acerca da Interpol;
- Avaliando as possibilidades de apoio no âmbito dos Serviços Prisionais e de Reinserção Social, bem como ao nível dos tribunais regionais;
- Fortalecendo as estruturas de Registos e Notariado, com recurso a assessoria que apoie, designadamente, a criação de aplicações informáticas que facilitem a utilização da informação no âmbito do Registo Civil;
- Garantindo o apoio à política legislativa, nomeadamente, à revisão e atualização de Códigos que sejam considerados estruturantes, em particular, o Código do Registo Civil, o Código Civil, o Código Penal, o Código de Processo Civil e o Código de Processo Penal;
- Incentivando o aprofundamento de soluções de Resolução Alternativa de Litígios.

Na área da **Segurança Interna**, pretende-se contribuir para uma administração territorial coordenada, eficiente e moderna como preconiza a estratégia de desenvolvimento da Guiné-Bissau, dando continuidade às ações estruturantes e introduzindo áreas inovadoras.

De realçar o largo espectro e transversalidade das áreas de actuação policial e protecção civil, cobertas por este PEC, e a importante integração gradual de elementos das forças e serviços de segurança guineenses já formados pela

12



Cooperação Portuguesa, como formadores, nomeadamente nos Cursos de Actualização e Aperfeiçoamento e no módulo de Técnicas de Intervenção Policial:

- Assessoria ao Ministério da Administração Interna;
- Formação de Oficiais da Guarda Nacional, da Polícia de Ordem Pública e de Inspectores do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras;
- Fornecimento de fardamento e de equipamentos policiais;
- Capacitação institucional e dos recursos humanos com formação nas seguintes áreas:
 - Formação Geral de Actualização e Aperfeiçoamento
 - Investigação Criminal
 - Manutenção da Ordem Pública
 - Protecção da Natureza e Ambiente dos Parques Naturais e da Biodiversidade
 - Trânsito e Fiscalização Rodoviária
 - Fronteiras e Controlo de Fluxos Migratórios
 - Segurança Aeroportuária
 - Legislação Fiscal e Controlo Aduaneiro
 - Vigilância e Controlo Costeiro
 - Socorro e Protecção Civil
 - Inspeção-geral da Administração Interna.

Ainda no quadro da segurança interna, mas com relevo para a segurança internacional, pretende-se contribuir para a melhoria dos mecanismos de alerta antecipado (early warning), reforçando-se a capacidade do Estado para fazer face aos desafios e prevenir as ameaças derivadas, em particular da atuação da criminalidade organizada internacional e do terrorismo transnacional.

Modernização da Administração

A reforma do sector público é vital para recuperar a confiança no Estado, melhorar o serviço dos cidadãos em geral, e dos investidores em particular. O Plano Estratégico Operacional “Terra Ranka” reconhece uma administração frágil e de reduzidas

13



capacidades, a que importa conferir meios designadamente ao nível da modernização dos recursos humanos.

As instituições públicas carecem de reformas que as tornem mais eficientes e eficazes, pelo que a Cooperação Portuguesa apoiará a **capacitação institucional**, fator imprescindível numa perspetiva estruturante e de ganhos a longo prazo. Serão concentrados esforços em iniciativas que tenham como objetivo contribuir para a criação de instituições que permitam responder às competências do Estado de acordo com as boas práticas internacionais, desenvolvendo capacidades adequadas que garantam a transparência e o rigor ao nível da gestão pública.

Na área do **Emprego e da Proteção Social**, o apoio de Portugal terá como objetivo o reforço da resposta institucional, tendo em vista uma melhor definição de políticas públicas, potenciando as autoridades guineenses respostas mais adequadas à população, em particular à que se encontra em situação de maior vulnerabilidade.

Será dada particular importância à área dos Direitos das Crianças, através da promoção de ações de reforço da capacidade institucional para planear e implementar políticas públicas na área da infância de forma inclusiva, apropriada, eficaz e coerente, em consonância com as normas e padrões internacionais.

O presente Programa concorrerá também para que sejam criadas condições para a plena realização dos direitos económicos, sociais e culturais dos guineenses.

O objetivo de relançar o setor produtivo na Guiné-Bissau e a premência em criar as bases para apoiar o desenvolvimento económico nacional, levam à necessidade da Cooperação Portuguesa prestar o apoio necessário à criação de um quadro que permita equacionar o desenvolvimento da qualidade em geral e, em particular, o reforço das infraestruturas para a qualidade, tendo em consideração os princípios internacionais. Este quadro traduz-se na definição de um Plano de Ações claro e conciso para apoiar a entidade competente para a qualidade na Guiné Bissau, nomeadamente, na criação de um Sistema Nacional da Qualidade (SNQ) e respetivo enquadramento legal, seu desenvolvimento e capacitação, tendo em vista a integração nas estruturas internacionais nas áreas da normalização, da metrologia, da acreditação e da certificação.



Eixo II – Desenvolvimento Humano e Bens Públicos Globais

Área 1 – Desenvolvimento Humano

Educação e Emprego

A **Educação** é um setor fundamental para desenvolvimento humano durável e redução da pobreza. Tendo presentes os objetivos do Terra Ranka para melhorar a qualidade nos vários níveis de ensino, a Cooperação Portuguesa prosseguirá uma abordagem sistemática à formação em serviço e contínua de agentes educativos, em particular na dimensão de proficiência na língua veicular de ensino e na prática pedagógica desde o nível pré-escolar ao secundário, privilegiando o básico, mantendo ainda o apoio ao ensino superior, quer reforçando parcerias em curso, quer ainda pela concessão de bolsas para estudo em Portugal e na Guiné-Bissau. Nesse sentido, procurará nomeadamente:

- Prover assistência técnica à tutela no reforço das estratégias e dos dispositivos institucionais de formação inicial, em serviço e contínua de docentes para elaboração de programas de referência, desenvolvimento de sistemas de acreditação de formadores e de avaliação dos formandos;
- Melhorar as competências letivas no Ensino Básico através de formação em serviço de curta e média duração nas áreas de Português Língua segunda, Ciências Integradas, Matemática e Educação para a Cidadania, que permitam reforçar o número de professores com formação certificada pelo Ministério da Educação Nacional, sobretudo nas áreas rurais;
- Melhorar as competências letivas dos professores do 3º ciclo e do Ensino Secundário através de formação contínua em Língua Portuguesa, Biologia, Matemática, Educação para a Cidadania e para a Saúde;
- Reforçar os meios de ensino-aprendizagem em Língua Portuguesa, nomeadamente manuais e respetivos guias dos professores, no âmbito das reformas curriculares e com os respetivos parceiros;
- Melhorar as competências pedagógicas de Educadores de Infância em exercício e assegurar uma oferta de formação básica de curta duração que

15



- permita uma expansão rápida do número de agentes de Educação de Infância profissionalizados e do acesso à educação na infância;
- Melhorar a capacidade de gestão e administração escolar das escolas do Ensino Básico e Secundário abrangidas e a capacidade de gestão, administração escolar e pedagógica nos Jardins de Infância;
 - Promover e apoiar medidas de gestão e administração para redução do insucesso e do abandono escolar nas escolas-alvo, adotando uma abordagem inclusiva nas questões de género e necessidades educativas especiais, envolvendo comunidades, entidades governamentais e internacionais;
 - Apoiar uma rede multifuncional de Centros de Recursos Educativos a nível nacional nas regiões onde existam equipamentos apoiados pela Cooperação Portuguesa ou onde outras estruturas possam ser integradas na mesma rede (numa 1ª fase, nas regiões de Cacheu, Bafatá, Gabu, Bolama e SAB);
 - Apoiar a formação de académicos na área do Direito e o reforço institucional do ensino superior público, no quadro da reestruturação da Universidade Amílcar Cabral.

Considerando o potencial do desporto na promoção da cidadania e da coesão social, serão ainda promovidas iniciativas no âmbito do desporto escolar, designadamente para a prática de desportos coletivos ao nível do secundário e universitário.

No contexto de uma estratégia para a qualidade e equidade da educação, Portugal dará especial atenção à formação das competências para aprendizagem através da Educação de Infância e Pré-Escolar. Continuará, no mesmo sentido, a apoiar o acesso e aprendizagem das crianças com necessidades educativas especiais.

O Plano Estratégico Operacional “Terra Ranka” pretende ainda dotar a Guiné-Bissau de um sistema educativo orientado para o mercado de trabalho, pelo que o desenvolvimento da **Formação Profissional** constitui um importante desafio que importa apoiar, dinamizando os centros de formação existentes e apoiando a reestruturação do setor nomeadamente com as seguintes iniciativas:

- Dinamizando os centros de formação existentes com um programa integrado de organização e articulação de formação para o emprego de acordo com as prioridades de política económica e social;



- Apoiando a reestruturação do setor por forma a aproximar os jovens com competências dos empregadores que necessitam de mão-de-obra especializada;
- Paralelamente, na área do emprego, Portugal pretende apoiar também a estruturação do sistema de emprego da Guiné-Bissau e, posteriormente, a criação dos Centros de Emprego.

Saúde

O Plano Estratégico Operacional “Terra Ranka” reconhece a existência de um sistema sanitário precário, necessitando de melhorias ao nível das infraestruturas e da qualificação de técnicos de saúde. Assim, o apoio de Portugal ao setor da **Saúde** deverá privilegiar as seguintes áreas, sempre que possível em parceria com outros atores, tendo em vista a otimização dos recursos humanos, técnicos e financeiros:

- Desenvolvimento de projetos na área da saúde materno-infantil e reprodutiva;
- Formação de recursos humanos de Saúde;
- Capacitação na organização e gestão de serviços de Saúde, com enfoque na Saúde Pública, Cuidados de Saúde Primários, Unidades e Serviços Hospitalares e respostas dirigidas aos comportamentos aditivos e dependências;
- Apoio técnico e consultoria em planeamento e gestão;
- Apoio na implementação de serviços de urgência/emergência;
- Apoio na área do medicamento através de: i) reforço do sistema regulamentar; ii) reforço da colaboração no âmbito do Fórum das Agências Reguladoras do Medicamento do Espaço Lusófono.

Proteção Social

O Plano Estratégico Operacional “Terra Ranka” reconhece a importância da proteção social para redução da pobreza por meio da criação tanto duma rede de segurança, como de verdadeiras oportunidades de empoderamento para os mais vulneráveis. Assim, através do Programa Integrado de Desenvolvimento de uma Rede de Proteção Social na República da Guiné-Bissau, Portugal pretende continuar a contribuir para o



reforço da Proteção Social, que abrangerá diversos apoios nas áreas críticas à redução da pobreza, entre os quais:

- Capacitação na estruturação e apoio técnico na implementação do Sistema de Proteção Social da Guiné-Bissau;
- Apoio a lares de crianças e jovens carenciados (órfãos ou com deficiência);
- Apoio a idosos carenciados (habitação, alimentos e medicamentos);
- Melhoria da dieta alimentar e habitacional das populações mais vulneráveis;
- Alfabetização de mulheres e apoio na criação de fontes de rendimento (microcrédito).

Cultura

Através do Centro Cultural Português pretende promover-se a língua e cultura portuguesas segundo princípios de **interculturalidade**, fomentando a mobilidade e o intercâmbio de produtos, bens e serviços culturais com a Guiné-Bissau, contribuindo ainda para uma maior oferta de programação cultural no país nas áreas da música, do teatro, da literatura, do cinema, da arte em geral, em linha com a redinamização deste setor como sustenta o Plano Estratégico Operacional “Terra Ranka”. As organizações da sociedade civil poderão desempenhar um papel relevante na dinamização da oferta cultural.

Por outro lado, é importante sublinhar que o apoio à cultura passará pelo apoio ao relançamento da política nacional cultural atendendo a que esta traz benefícios alargados para a população local, contribuindo para aumentar a coesão social, promovendo a receptividade à mudança (social, económica, ambiental, etc.), o respeito pelas práticas de outros, fatores relevantes para uma melhor organização da sociedade e para uma boa governação. As atividades culturais potenciam ainda o envolvimento dos jovens e a resiliência social, contribuindo para a redução da pobreza e o desenvolvimento económico e social. Como apoio à política cultural Portugal irá:

- Apoiar o processo de candidatura do Arquipélago dos Bijagós ao sítio de património natural e cultural da UNESCO;
- Apoiar o processo de candidatura a património cultural da UNESCO das cidades de Bolama, Bafatá e Cacheu;



- Apoiar os estudos de um programa de recuperação e animação cultural de Bissau Velho;
- Apoiar o desenvolvimento de estudos tendo em vista a criação do Museu Nacional da Resistência.

Área 2 – Ambiente, Energia e Desenvolvimento Rural

O Plano Estratégico Operacional “Terra Ranka” dedica especial atenção à temática do **Ambiente** e pretende assegurar uma gestão durável do capital natural, preservando a biodiversidade. Neste pressuposto, a Cooperação Portuguesa dará o seu contributo no quadro do Memorando de Entendimento de atuação Imediata na Área das Alterações Climáticas com o Projeto Desenvolvimento e Implementação de um Sistema de Monitorização da Vegetação Agro-florestal, mas também integrar novos desafios assumidos pelo Estado guineense na matéria da conservação e valorização da biodiversidade, através do apoio ao processo da candidatura do Arquipélago dos Bijagós a sítio de património natural e cultural mundial.

A Cooperação Portuguesa disponibilizará ainda apoio técnico ao Governo na apreciação, revisão e eventual renegociação dos contratos que visam a exploração durável dos recursos naturais e ainda favorecer parcerias estratégicas entre instituições públicas, privadas e da sociedade civil entre os dois países na determinação do valor económico da biodiversidade e dos serviços do ecossistema e sua introdução nas contas nacionais.

Será apoiada a melhoria de acesso aos serviços públicos básicos de qualidade, nomeadamente, a criação de condições para um desenvolvimento durável do setor **Água**, através do abastecimento de água potável e saneamento urbano, reforçando as capacidades e competências institucionais, técnicas e de planificação estratégica dos Atores Não Estatais e do Estado no setor da água, a nível regional e nacional e, por outro, contribuir para um quadro mais propício ao desenvolvimento de oportunidades de negócio, a partir de melhorias nos serviços de abastecimento de água nos centros semi-urbanos de Mansoa, Bambadinca e Bafatá.



A estratégia de desenvolvimento da Guiné-Bissau identifica a **Energia** como um setor crítico e um entrave ao crescimento e à produtividade. Numa linha de continuidade com intervenções que têm contribuído para a qualidade de vida das populações, a Cooperação Portuguesa procurará apoiar as políticas de acesso a energia sustentável, especialmente a exploração de fontes de energia renováveis.

Para o efeito, sendo que as áreas protegidas representam 16% do território nacional, serão tomadas como zonas piloto para a apoio à introdução de energia renovável, associadas ao sistema produtivo, à educação ambiental e formação profissional, como forma de contribuir para preservação do ambiente, garantir a sustentabilidade económica e energética dessas comunidades e espaços vitais para a vida. Deste modo, tendo o Governo guineense definido no Plano “Terra Ranka” o Arquipélago dos Bijagós como zona especial do turismo de matriz ecológica, a Cooperação Portuguesa procurará apoiar iniciativas entendidas entre as partes como as que favorecem a operacionalização dessa estratégia.

A **Agricultura** é um motor de crescimento da economia guineense a par da agroindústria com enfoque na exploração do cajú e do arroz, cujo potencial não tem sido possível explorar plenamente. O Plano Operacional “Terra Ranka” reconhece, entre outras, a necessidade de reforçar o apoio direto aos produtores. Assim, a Cooperação Portuguesa propõe-se continuar a apoiar o reforço da produção e produtividade da agricultura tradicional de base familiar e comunitária, tendo em vista não só a segurança alimentar e nutricional das populações, mas também o aumento do rendimento das famílias, das mulheres em particular, e a fixação da população jovem nos meios rurais.

Portugal apoiará ainda este sector formando profissionais em Produção e Sanidade vegetal das principais culturas comercializáveis. Será ainda ministrada formação profissional no setor das **Pescas**, em Fiscalização e Controlo da Atividade e em Controlo Higio-sanitário.